

ÍNDICE

Introdução	9
------------------	---

PARTE PRIMEIRA

DA AUTONOMIA DO DIREITO COMERCIAL	17
1. O contexto da delimitação do Direito Comercial face ao Direito Civil	17
1.1. O movimento de unificação do Direito Privado historicamente perspectivado: a sua génese formal — breve referência.....	20
1.2. A civilização do Direito Comercial vs. a comercialização do Direito Privado.....	23
1.3. O exercício continuado de actividades económicas de modo profissional e organizado como o âmbito privilegiado de aplicação do ordenamento jurídico-mercantil	24
2. O Direito Comercial (e o problema da sua autonomia) no ordenamento jurídico português — referência introdutória.....	28
3. Aproximação a uma noção (preliminar) de Direito Comercial.....	30
4. Experiências relevantes a nível europeu e internacional.....	34
4.1. O exemplo espanhol: uma tentativa importante no sentido da não unificação (ou da manutenção da autonomia).....	34
4.2. O exemplo italiano: a unificação formal do Direito Privado	39
4.3. O Código Comercial de Macau e o Código Comercial de Moçambique	43
4.4. O novo Projecto de Código Comercial no Brasil.....	44
4.5. A comercialização do Direito Civil no Direito anglo-saxónico	48
5. O papel da contratação comercial na preservação da autonomia do Direito Comercial.....	51
6. O contrato comercial enquanto acto de comércio — a precedência do Direito Comercial na regulação do tipo contratual.	54
7. Interesses e especificidades características da contratação comercial no quadro da empresa — <i>rectius</i> , do exercício de actividades económicas de modo organizado e profissional	58

8. Um Direito único — ou apenas um Código único — das Obrigações? Posição adoptada.....64

PARTE SEGUNDA

DA COMPRA E VENDA COMERCIAL.....	69
1. A importância do seu estudo	69
2. Delimitação do tipo contratual	71
3. Modalidades	75
3.1. Compra e venda para pessoa a nomear ou <i>pro amico electo</i>	75
3.2. Compra e venda com preço a determinar	77
3.3. Compra e venda de bens futuros, incertos e alheios.....	80
3.4. Compra e venda por conta, peso e medida	83
3.5. Compra e venda sobre amostra	85
3.5.1. No nosso ordenamento jurídico	85
3.5.2. No ordenamento jurídico espanhol	91
3.5.2.1. O “Código de Comercio” de 1885	91
3.5.2.2. O “Anteproyecto de Ley de Código Mercantil”.....	93
3.5.3. No ordenamento jurídico brasileiro	94
3.5.3.1. O Código Civil de 2002	94
3.5.3.2. O Projecto de Lei n.º 1572/2011	95
3.6. Compra e venda a contento.....	95
3.6.1. No nosso ordenamento jurídico	95
3.6.2. No ordenamento jurídico espanhol	97
3.6.2.1. O “Código de Comercio de 1885”	97
3.6.2.2. O “Anteproyecto de Ley de Código Mercantil”.....	99
3.6.3. No ordenamento jurídico brasileiro	100
3.6.3.1. O Código Civil de 2002	100
3.6.3.2. O Projecto de Lei n.º 1572/2011	101
4. A desconformidade ou inconveniência do bem ou serviço nas transmissões não à vista — o artigo 471.º	102
4.1. O prazo de oito dias: contagem após o acto da entrega, caducidade, carácter supletivo, e natureza peremptória.....	102
4.2. Âmbito de aplicação do regime.....	108
4.2.1. A não aplicação do regime civil da compra e venda de coisas defeituosas em Espanha e (possivelmente) no Brasil — possível solução a adoptar.....	111

PARTE TERCEIRA

DOS CONTRATOS AFINS À COMPRA E VENDA

COMERCIAL: O CONTRATO DE FORNECIMENTO.....	115
1. O contrato de fornecimento: alusão à distribuição comercial (indirecta).....	115
1.1. O contrato de fornecimento e o seu papel na tutela dos interesses tipicamente mercantis — o fornecimento enquanto melhor opção contratual.....	115
1.2. O recurso ao regime da compra e venda comercial. Os aspectos próprios do contrato de fornecimento — aproximação a uma sua (possível) disciplina.....	122
Considerações Finais	129
Abstract	137
Bibliografia	139